

**9º CONCURSO
1994**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser justificadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (30 pontos)

Servidores públicos estaduais, da área da saúde, declararam-se em greve, reivindicando melhor remuneração. Foram considerados faltosos e descontados dos respectivos vencimentos pelos dias em que não compareceram ao trabalho. Postula o respectivo sindicato, perante o Governo, o abono dos dias de greve, considerados de falta ao trabalho, alegando estarem amparados pela garantia constitucional do direito de greve aos servidores da administração pública e pela aplicabilidade à sua situação da Lei nº 7.738/89, que é genérica. Consultado pela Administração sobre o direito invocado pelo postulante, como responderia você à consulta? Favoravelmente à pretensão? Sim ou não? Em síntese, por quê?

2ª Questão (40 pontos)

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO estuda a possibilidade de construir uma penitenciária em local considerado ideal para esse tipo de estabelecimento, examinando uma proposta de permuta do proprietário da área mais adequada ao projeto. O assistente jurídico da Secretaria de Estado competente opina contrariamente à realização da permuta por entender que ela só está admitida “entre órgãos ou entidades da Administração Pública”.

Pede-se que esse opinamento seja apreciado conclusiva e fundamentadamente.

3ª Questão (30 pontos)

Professor Docente, exonerado, a pedido, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação em 1987, requer sua readmissão, alegando não mais subsistirem

os motivos de ordem pessoal que o levaram a desligar-se do magistério público oficial. O Secretário de Estado de Educação, cuja área de competência se ressentia de defecções continuadas de membros do magistério e, em conseqüência, de crônica carência de professores, manifesta interesse em acolhida favorável do pedido, de vez que em consonância com o interesse do ensino oficial. Consulta, todavia, a Procuradoria Geral do Estado a respeito, para orientar-se quanto à decisão que possa ou deva proferir. Como se pronunciaria você como Procurador do Estado?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (25 pontos)

O Agravo Regimental admite o chamado juízo de retratação? Justifique.

2ª Questão (25 pontos)

A empresa ALFA ajuizou na 2ª Vara Cível da Cidade de Belo Horizonte, em face do Banco BETA, uma ação, sob o procedimento ordinário, visando a anular um contrato de mútuo que com ele celebrara, alegando erro na manifestação da vontade. A citação de BETA efetivou-se em 04/02/94.

O Banco BETA, na 6ª Vara Cível da Cidade do Rio de Janeiro, ajuizou uma ação de execução por título extrajudicial contra a empresa ALFA pretendendo cobrar o mútuo objeto daquele contrato. A devedora foi citada em 03/03/94.

A empresa ALFA opôs-se à execução, alegando a nulidade do contrato, pela ocorrência do mesmo erro.

Poderá a empresa ALFA excepcionar, por incompetente, o foro do Rio de Janeiro? Se o fizer, o que, sucintamente, deverá argumentar?

3ª Questão (25 pontos)

BANERJ SEGUROS S.A. tomou conhecimento da existência de uma sentença condenatória, proferida em ação de cognição, somente três anos após a execução da decisão.

Por não ter sido citada validamente, tanto no processo de conhecimento, quanto no de execução, cujas ações lhe correram à revelia, faz consulta à Procuradoria Geral do Estado, indagando se há alguma medida judicial adequada para o caso.

Você foi o Procurador designado para responder à consulta. Faça-o sucintamente.

4ª Questão (25 pontos)

Admite-se a aplicação da prescrição intercorrente em execução trabalhista? Justifique.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (40 pontos)

Comente os seguintes aspectos do controle de constitucionalidade:

1. cabimento de ação direta contra decreto regulamentar;
2. inconstitucionalidade de lei municipal em face das Constituições Federal e Estadual;
3. incompatibilidade com a Constituição de lei a ela anterior.

2ª Questão (30 pontos)

Faça a distinção entre o mandado de injunção, a ação de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de segurança contra omissivo da Administração.

3ª Questão (30 pontos)

Não tendo a Constituição situado os Municípios na área da competência concorrente do artigo 24, poderão eles disciplinar as matérias ali arroladas?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (40 pontos)

Admite o direito brasileiro a sociedade unipessoal? A subsidiária integral é uma sociedade unipessoal? Pode a sociedade anônima subsistir com um único sócio?

Fundamente as respostas, indicando a legitimidade ou não das hipóteses referidas.

2ª Questão (30 pontos)

Em que consiste a perpetuidade como um dos atributos da propriedade?

3ª Questão (30 pontos)

SHOPPING CENTERS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S. A. entregou em locação a DUPONT SPORTWEAR LTDA uma loja em centro de comércio da sua propriedade. Estabeleceram as partes que a locatária, no dia 5 de cada mês, pagaria um aluguel mínimo reajustável correspondente a 5.000 URV'S, e, no dia 18 do mesmo mês, apurar-se-ia, o percentual de 7% (sete por cento) sobre o faturamento bruto da locatária, sendo que esta ficaria obrigada a complementar a importância paga no dia 5, no caso de o aluguel percentual exceder o aluguel mínimo reajustável. Essa complementação consistiria na diferença igual ao excesso entre o percentual apurado dia 18 e o aluguel pago no dia 5.

Chamado a emitir parecer sobre essa cláusula, como se manifestaria o candidato?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

Discorra, fundamentadamente, sobre os conceitos de obrigação e crédito tributário e suas relações.

2ª Questão (50 pontos)

Um fabricante de freios para bicicleta, estabelecido em determinada unidade da Federação, vendeu freios de sua produção a uma fábrica de bicicletas, estabelecida em outra unidade da Federação, constituindo a operação fato gerador do imposto federal sobre produtos industrializados, não havendo, por hipótese, qualquer isenção de tal imposto aplicável ao caso.

Admitindo-se que as unidades da Federação envolvidas tenham exaurido a competência que lhes confere a Constituição para instituir e cobrar o ICMS, pergunta-se:

1. se era devido ICMS na saída dos freios para bicicletas do estabelecimento onde foram produzidos com destino à fábrica de bicicletas na outra unidade da Federação;
2. na hipótese de resposta afirmativa ao quesito anterior, se a alíquota aplicável era a interna ou a interestadual e se o IPI estava, ou não, incluído na base de cálculo do ICMS;
3. se constitui fato gerador do ICMS a entrada das aludidas mercadorias no estabelecimento adquirente;

4. se o estabelecimento adquirente tinha direito a crédito de ICMS e, em caso afirmativo, se o valor do crédito deveria ser calculado pela alíquota interna ou interestadual.

Indicar os dispositivos constitucionais, de lei complementar e das normas editadas nos termos do § 8º do artigo 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em que se fundamentem as respostas.

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

Diretora de escola da Rede Estadual de Ensino, desassistida de meios oficiais para prover a unidade de condições básicas de higiene e conservação, no ano letivo de 1993, tem sanada a dificuldade mediante a contratação dos serviços de firma de conservação e limpeza pela associação de pais e mestres da escola.

Quatro meses antecedentes ao final do ano letivo, recorre à alternativa de se valer de empregada da empresa para o desempenho de funções de merendeira, mediante complementação salarial atendida pela associação, em razão da vacância do único cargo de merendeira.

Encerrado o ano letivo, essa merendeira substituta reclama judicialmente relação de emprego com o Estado, com pedido sucessivo de consectários indenizatórios sob alegação de que a empresa a dispensou sem justa causa.

- I. emita comentário jurídico fundamentado acerca do ato da direção escolar que desviou de suas funções empregado de terceiro.
- II. ofereça argumentos de mérito de defesa que o Procurador do Estado deveria deduzir em resposta à reclamação proposta.

2ª Questão (20 pontos)

Examine, justificando em cada caso, a admissibilidade jurídica das seguintes formas de provimento de cargos públicos, em face das disposições constitucionais vigentes sobre a matéria:

- a) ascensão;
- b) transferência;
- c) readmissão;

- d) reversão;
- e) remoção.

3ª Questão (20 pontos)

A autoridade administrativa estadual abre concorrência pública para a concessão de serviço público de transporte de passageiros em linhas intermunicipais, destinado a atender a necessidades de população de baixa renda.

Como não acodem licitantes interessados e considerando a urgência do atendimento, a autoridade invoca esses motivos para dispensar a licitação e adjudicar o contrato, em bases negociadas, a uma empresa detentora de permissão na mesma área.

Examine e comente o acerto ou desacerto da decisão.

4ª Questão (20 pontos)

As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos passaram a responder objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em face do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, nos seus artigos 14, III, e 22, poder-se-ia deduzir da disposição constitucional do art. 37, § 6º, o princípio de uma responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado por danos advinentes para terceiros de serviços públicos prestados por concessionárias, pessoas jurídicas de direito privado?

5ª Questão (20 pontos)

A Construtora CASAFORTE S.A. elaborou projeto de arruamento e loteamento (P.A.L.) para urbanização de grande área de sua propriedade, com cerca de 800.000 m², situada na Baixada de Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro. O P.A.L. foi aprovado pela Prefeitura Municipal, consoante o previsto na Lei Federal nº 6.766/79, expedindo-se a pertinente licença para construção. Em seguida, a empresa fez registrar o projeto de loteamento no Registro Imobiliário competente, registro esse que passou sem impugnação por terceiros. Como grande parte da área fosse constituída de terras alagadiças, brejosas, a construtora pôs-se a aterrâ-las, preparando assim o terreno para receber as futuras edificações. Nesse momento, foi surpreendida por liminar concedida *inaudita altera parte* em Ação Civil Pública que lhe propôs o Ministério Público estadual, através de sua Curadoria do Meio-Ambiente. A liminar ordenava-lhe a imediata paralisação das obras de terraplanagem e a restauração da ambiência original, que o MP afirmava constituir-se de manguezais e, como tal, protegidos por lei. Conhecendo da questão, o Secretário de Estado de Meio-Ambiente, acatando Deliberação do Plenário da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, aplicou à construtora a penalidade de interdição das obras, pela falta de prévia submissão do projeto à aprovação da FEEMA, e, ainda,

por haver iniciado as obras sem a prévia autorização da CECA, tudo nos termos do art. 8º, I e II, do Decreto-lei estadual nº 134, de 17.06.75. A empresa ofereceu recurso administrativo ao Secretário de Meio-Ambiente e, concomitantemente, submeteu o projeto de loteamento à aprovação e à autorização da FEEMA e da CECA, respectivamente. O recurso foi provido, com a desinterdição das obras, por isso que, mediante vistoria *in loco* dos técnicos da FEEMA, constatou-se a inexistência de manguezais na área, tratando-se apenas de simples brejos alagadiços. O projeto foi aprovado e a CECA expediu, então, a competente licença de instalação (LI) para o empreendimento, com prazo de validade de 36 meses. Quatro anos após, a Ação Civil Pública é, afinal, julgada improcedente, cassando-se, na sentença, a liminar, já que, através de perícia, ficou provada a inexistência de manguezais na área. A decisão judicial transitou em julgado. A empresa, então, requer a revalidação da LI mas, neste passo, a autoridade ambiental lhe exige que, antes, apresente um Relatório de Impacto de Meio-Ambiente - RIMA, por força de imposição constitucional (CF - art. 225) e da legislação infraconstitucional estadual (Decreto-lei nº 134/75; Lei nº 1.356, de 03.10.88, art. 1º, XV, e Deliberação CECA nº 2.117, de 21.11.90). Aduz ainda a autoridade ambiental que, não tendo o Estado sido parte na lide, os efeitos da decisão judicial não o atingiriam, em razão dos limites subjetivos da coisa julgada, limitação essa consagrada pela lei instrumental civil. Consultada a Procuradoria Geral do Estado quanto à legalidade da exigência, nesta fase, do RIMA, em que sentido deveria ser o seu Parecer, observado o princípio da legalidade.

DIREITO PROCESSUAL E CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

ROMÁRIO, com a devida outorga uxória, propôs ação reivindicatória do imóvel "X" em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, que arguiu, em defesa, a usucapião extraordinária.

O juiz, rejeitando a tese da defesa, julgou procedente o pedido reivindicatório (ou: o pedido de ROMÁRIO), tendo a sentença sido reformada pela 1ª Câmara Cível que, aceitando a tese do ESTADO, julgou improcedente o pedido de ROMÁRIO, ao dar provimento ao recurso, tendo o acórdão transitado em julgado.

O ESTADO, em seguida, propôs ação declaratória de usucapião em face de ROMÁRIO, de sua mulher ALEXIA e dos confinantes do referido imóvel "x", tendo sido cumprido o disposto no § 2º do artigo 942 do Código de Processo Civil.

O juiz deferiu a produção de prova oral requerida por ROMÁRIO e ALEXIA na ação proposta pelo ESTADO e designou audiência para os próximos dias.

Pergunta-se:

1. justifique, na hipótese, o cabimento da ação declaratória de usucapião;
2. classifique, *in casu*, a(s) espécie(s) de litisconsórcio, justificando a resposta;
3. quais teriam sido os possíveis fundamentos da decisão judicial?
4. indique o(s) remédio(s) jurídico(s) que entender adequado(s) em prol do ESTADO e aponte as razões.

2ª Questão (20 pontos)

“A” ajuizou em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO ação de desapropriação indireta. No curso do processo, antes de proferida a sentença de mérito, formulou a Administração proposta de acordo, aceitando receber 50% do valor apurado como devido pelo laudo pericial produzido no curso do feito.

Pergunta-se:

- a) é possível ao ESTADO transacionar em Juízo, no caso acima? Se afirmativa a resposta, quais são os requisitos legais para fazê-lo?
- b) independentemente de sua resposta ao item “a”, imaginemos que o ESTADO ajuste a transação, que é homologada pelo Juiz. Como se dará o pagamento do crédito do Autor?
- c) e se a transação se fizesse em ação em que são pleiteados créditos de natureza alimentar? De que forma deverá se dar o pagamento aos credores?
- d) se for desobedecida a ordem de precedência no pagamento de precatórios, o que deverá fazer o credor preterido?

3ª Questão (20 pontos)

Pode o réu limitar-se a promover a denunciação da lide, pedindo a citação do terceiro, sem contestar a ação?

Em face dessa revelia do denunciante, o que poderá ocorrer em relação ao denunciado?

E o que daí resultará, em face dos posicionamentos que pode assumir o denunciado?

4ª Questão (20 pontos)

SÁVIO propôs ação sob o Procedimento sumaríssimo, em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Contra decisão interlocutória, proferida no processo, insurgiu-se, tempestivamente, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através de agravo retido.

O pedido do autor, deduzido na petição inicial, foi julgado parcialmente procedente pelo Juiz de 1º grau.

O prazo para interposição do recurso de apelação venceu-se *in albis*.

Os autos foram remetidos ao E. Tribunal de Justiça para o chamado reexame necessário.

Pergunta-se:

1. seria cabível recurso adesivo por SÁVIO?
2. o E. Tribunal de Justiça, em sede de reexame necessário, deverá apreciar também o agravo retido interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO?
3. o órgão *ad quem* poderá reformar a sentença de 1º grau para efeito de julgar o pedido formulado pelo autor integralmente procedente?
4. na hipótese, confirmada a sentença, por unanimidade de votos, poderá SÁVIO interpor recurso especial e/ou extraordinário contra este acórdão?

5ª Questão (20 pontos)

Deferida por sentença a reintegração de empregado em sociedade de economia mista estadual, a reclamada recorreu ordinariamente. O reclamante requereu e o juiz presidente concedeu a execução provisória mandando reintegrá-lo de imediato, sob o fundamento de que, no caso, tal providência não acarretaria prejuízo a qualquer das partes.

Comente a decisão do juiz presidente e indique o meio de impugná-la.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (20 pontos)

A ação declaratória de constitucionalidade, introduzida pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, teve a sua constitucionalidade questionada por juristas, segundo os quais ela contraria princípios da Constituição relativos aos direitos e garantias individuais. Aponte quais seriam esses princípios e manifeste o seu entendimento sobre o assunto.

2ª Questão (20 pontos)

O Tribunal de Justiça do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa mensagem com projeto-de-lei visando a criação de dois juizados de pequenas causas, um cível, outro criminal, e estabelecendo o procedimento a ser observado em tramitação das causas levadas ao seu conhecimento. Aprovado o projeto pela Casa Legislativa e submetido à sanção do Governador do Estado, pede ele o pronunciamento prévio da Procuradoria Geral do Estado.

Faça as vezes do Procurador designado.

3ª Questão (20 pontos)

A FIFA - Federação Internacional de Futebol Association veda, em seu Estatuto, que as associações desportivas sujeitas à sua jurisdição - dentre as quais se incluem os clubes de futebol brasileiro - ingressem com ação na justiça comum versando questões desportivas. Qual a eficácia de tal vedação perante o ordenamento jurídico brasileiro? Analise o tema à luz das normas constitucionais pertinentes.

4ª Questão (20 pontos)

É admissível no nosso sistema jurídico a declaração de inconstitucionalidade de uma lei por lei posterior?

5ª Questão (20 pontos)

Residente nos EE.UU., JOSÉ DOS SANTOS naturalizou-se americano em 1990 para poder trabalhar naquele país, perdendo por isso a nacionalidade brasileira. Regressando agora ao Brasil, requereu lhe fosse reconhecida novamente a nacionalidade brasileira, invocando a alínea b, do inciso II, do § 4º, do art. 12 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1993.

Pronuncie-se a respeito.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (30 pontos)

Em face do artigo 1.057, primeiro período, do Código Civil Brasileiro, configurar concretamente duas situações fáticas em que tenham incidência as disposições do mencionado artigo e em que a solução da lei seja diversa, justificando cada uma das soluções.

2ª Questão (30 pontos)

1. PETROLINA DISTRIBUIDORA S.A. ("PETROLINA") e AUTO POSTO GERÂNIO LTDA. ("POSTO") celebraram, na mesma data, dois contratos, a saber:

- de promessa de compra e venda, pelo qual PETROLINA se obrigou a vender e o POSTO a comprar, pelo prazo de 10 anos, quantidades mínimas mensais de produtos combustíveis e lubrificantes, ao preço ali estipulado, ficando estabelecido que o inadimplemento de tal obrigação por qualquer dos contratantes implicaria na sujeição da parte inadimplente à multa compensatória equivalente a 20% do valor do contrato, fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

- de comodato, pelo qual PETROLINA cedeu ao POSTO, também pelo prazo de 10 anos, o uso de tanques, bombas e utensílios para a venda de produtos combustíveis e lubrificantes, destinados exclusivamente à guarda, medição e venda de produtos marca PETROLINA, no qual igualmente se estabeleceu que o inadimplemento das obrigações contratuais implicaria na sujeição da parte inadimplente à multa compensatória equivalente a 20% do valor do contrato, fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2. Logo ao início da vigência do 9º ano do período previsto em ambos os contratos, o POSTO restituiu à PETROLINA os tanques e demais equipamentos que esta lhe havia dado em comodato, cessando, concomitantemente, de adquirir os produtos daquela fornecedora.

3. Na ação que lhe propôs PETROLINA visando a rescisão de ambos os contratos, com a aplicação das multas compensatórias previstas em um e outro, o POSTO fundamentou sua defesa na regra do art. 1.250 do Código Civil, da qual, segundo ele, se depreendia o direito de o comodatário restituir ao comodante, a qualquer tempo, a coisa emprestada, arguindo ainda que, em decorrência daquela restituição, se tornara impossível a execução da compra e venda dos produtos da PETROLINA, eis que esta só poderia ser feita para utilização nos equipamentos fornecidos por ela em comodato, por sua própria imposição, o que também afastaria a multa compensatória prevista no contrato de promessa de compra e venda.

Pergunta-se:

- é certa a interpretação pretendida pelo POSTO a partir do que dispõe o art. 1.250 do Código Civil? Há alguma razão para se afastar sua aplicação no caso concreto?
- o POSTO estará sujeito ao pagamento de multas compensatórias à PETROLINA? De ambas, ou de apenas uma? Em sua totalidade, em qualquer dos casos?

Justifique as respostas.

3ª Questão (40 pontos)

Os três maiores acionistas da sociedade CONDUÍTES TÉRMICOS S.A., cada um com 17% (dezessete por cento) do capital, firmaram um "Acordo de Acionistas" pelo qual estabeleceram uma disciplina para o exercício do direito de voto. O acordo deveria vigorar enquanto existente a sociedade, que é por prazo indeterminado.

Dois anos depois, um dos acionistas denuncia o "Acordo" e se alia a um outro acionista, detentor de 35% (trinta e cinco por cento) do capital, formando com este um novo poder de controle.

Pergunta-se:

- é válida a cláusula que vinculava a vigência do "Acordo", à duração da sociedade?

- b) afigura-se admissível a denúncia unilateral do “Acordo”?
- c) caso não se considere válida a denúncia unilateral do “Acordo” como deveriam ser computados pela Assembléia Geral os votos do acionista que, rompendo o “Acordo”, passou a votar diferentemente do prometido?
- d) admite-se a execução específica do “Acordo”? Em que esta consiste?

As respostas devem estar fundamentadas em todos os seus aspectos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão - Valor: 20 (vinte) pontos

Conceitue, caracterize, distinga e indique os fundamentos constitucionais dos vários tipos de “contribuição” previstos na Constituição de 1988.

2ª Questão (20 pontos)

A Lei estadual nº XTC, de 29.06.94, publicada no dia imediato e com vigência na data da sua publicação:

- a) majorou a alíquota do imposto de transmissão *causa mortis* e doação;
- b) instituiu a contribuição sobre os vencimentos dos funcionários públicos estaduais, para o custeio, em benefício deles, de sistema de previdência e assistência social;
- c) revogou a isenção do ICMS concedida às saídas de diversas mercadorias dos estabelecimentos produtores;
- d) diminuiu a penalidade pecuniária aplicável nos casos de atraso no pagamento do ICMS.

Indaga-se:

- em que data adquire eficácia cada qual das medidas estabelecidas pela Lei nº XTC/94?

Fundamente a resposta.

3ª Questão (20 pontos)

Foram penhorados, em execução fiscal, bens do sócio gerente IRMÃOS SILVA LTDA., tendo em vista que, segundo a informação do Oficial de Justiça, não foram encontrados bens da sociedade. O sócio gerente alegou que não poderia ser responsabilizado porque:

- a) a sociedade limitada não é uma sociedade de pessoas para os efeitos do disposto no art. 134, VII, do CTN;
 - b) o seu nome não constava da certidão de dívida ativa.
- Dê a sua opinião sobre o caso.

4ª Questão (20 pontos)

Da lei de um Estado brasileiro instituindo o ICMS constou um dispositivo com o seguinte teor:

“Artigo... - O imposto de que trata esta lei não incide sobre os serviços de comunicação prestados por veículos de radiodifusão”.

Examine a constitucionalidade desse dispositivo.

5ª Questão - Valor: 20 (vinte) pontos

Entidade fechada de previdência privada recebeu, em doação, imóvel localizado no Estado do Rio de Janeiro, requerendo à Secretaria de Estado de Economia e Finanças o reconhecimento de imunidade, com base no artigo 150, inciso VI, “c”, da CF/88, no que concerne ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação.

Opine, conclusiva e fundamentadamente, sobre a hipótese.